

Vitrúvio – *Tratado de Architectura*. Lisboa: IST Press, 2006. Tradução do latim, introdução e notas por M. Justino Maciel; ilustrações de Thomas Noble Howe.

Revisto por João Pedro Xavier, FAUP (jpx@arq.up.pt)

Nº de palavras: 1317

No âmbito das “Comemorações do Dia Mundial da Architectura”, promovido pela Ordem dos Arquitectos (SRN) no ano transacto, tivemos oportunidade de rever em vídeo as Aulas de Teoria Geral da Organização do Espaço, dadas por Fernando Távora, no ano lectivo de 1992/93, aos alunos da Faculdade de Architectura da Universidade do Porto.

Esta foi uma oportunidade de relembrar o magistério do nosso maior professor e cabe aqui evocar, particularmente, a primeira aula, que também foi minha e de tantos, autêntico momento de iniciação à arquitectura, para a qual Távora convocava, significativamente, Marcus Vitruvius Pollio, nome que, com solenidade, fazia aparecer no papel de cenário com um marcador feito cinzel, como se de uma lápide de mármore se tratasse, gravando-o assim, definitivamente, na nossa memória.

Por ele nos ensinava que uma obra de arquitectura deve respeitar os princípios da solidez (*firmitas*), da funcionalidade (*utilitas*) e da beleza (*venustas*), apresentando-nos, sabiamente, as razões de Vitrúvio que tinha feito suas e que pretendia viessem a ser nossas.

A aula construía-se a partir da leitura comentada da parte inicial do Tratado (1, 1, 1-16). Que *a ciência do arquitecto é ornada de muitas disciplinas e de vários saberes, estando a sua dinâmica presente em todas as obras oriundas das restantes artes, que nasce do justo equilíbrio da prática e da teoria e que na arquitectura, de uma feição especial, se verificam estas duas realidades: o que é significado e o que significa*. Em seguida, vinha o desfiar de razões para se saber de literatura, desenho, geometria e aritmética; história, filosofia e música; medicina, direito e astronomia, ou seja, a demonstração da necessidade de possuir uma cultura geral vasta colhida em diferentes domínios do conhecimento, necessariamente articulada com o saber propriamente disciplinar: *porque (...) cada uma das artes é composta de duas coisas: a obra e a sua teoria; todavia, destas duas coisas, uma é própria daqueles que se exercitaram nas suas especialidades, ou seja, a execução da obra; a outra é comum a todos os letrados, ou seja, a teoria* (1, 1, 15). *Por isso, parece ter actuado bastante bem aquele que, em cada um dos ramos do saber, possui um conhecimento médio das partes e teorias necessárias à arquitectura, a fim de que não falhe se tiver de julgar e aprovar uma obra sobre estas coisas e estas artes* (1, 1, 16).

E, como corolário de tudo isto, Távora/Vitrúvio deixava uma advertência aos aspirantes de que o curso, ou percurso, seria longo e árduo, mas também o desvendar do segredo para se chegar à terra prometida:

Como, pois, esta tão importante disciplina é ornada e enriquecida de variadas e numerosas erudições, julgo que, de um modo justo, os arquitectos não deveriam poder formar-se como tal de um momento para o outro, antes só o deveriam ser aqueles que

desde meninos, subindo por estes degraus das disciplinas e alimentados pela ciência da maioria das letras e das artes, atingissem o altíssimo templo da architectura (1, 1, 11).

Mais do que o conhecimento aprofundado da teoria romana da architectura, da construção e do urbanismo, bem como da conjuntura histórico-cultural que envolve a produção do *De Architectura*, é o carácter intemporal das questões disciplinares colocadas logo no primeiro Livro, e que a espaços são retomadas, que naturalmente garantem a perenidade da obra vitruviana e permitem utilizá-la numa lição de architectura válida até hoje.

Como notava Távora e, claramente salienta Justino Maciel (professor da Universidade Nova de Lisboa, historiador de arte, da architectura e da cultura da Antiguidade) na cuidada introdução que faz à sua tradução da obra de Vitruvius, chega a impressionar a actualidade de algumas abordagens, como seja, por exemplo, a de se fundamentar a mútua dependência da prática e da teoria e o desenvolvimento concorrente de ambas, com base em *um modelo operativo de análise, que é hoje fundamental na epistemologia das várias ciências: a interacção entre o significado e o significante* (“Introdução”, p. 17). Ou então, o modo como Vitruvius nos informa que a Architectura consta da ordenação (*ordinatio*), da disposição (*dispositio*), da eurytmia (*eurythmia*), da comensurabilidade (*symmetria*), da conveniência (*decor*) e da distribuição (*distributio*), e define cada uma destas características (1, 2, 1-9), o que, segundo Maciel, *permite uma das melhores introduções não só à architectura como à escultura, à pintura e à arte musiva clássicas* (“Introdução”, p. 18). De facto, estas características, ou princípios, continuam ainda a ter ressonância merecendo-me especial atenção, por interesse particular no tema, a forma como Vitruvius define a disposição (*dispositio*), que é consonante com o conceito de representação actual, proclamando a associação das peças desenhadas ou espécies – a icnografia (*ichnographia*), a ortografia (*orthographia*) e a cenografia (*scaenographia*) – à ideia ou conceito subjacente ao projecto – *são estas as espécies de disposição, que em grego se dizem **ideae*** – e assumindo, ademais, que essas representações *nascem da reflexão e da invenção* (1, 2, 2).

Para além destas questões, também a dimensão ética da architectura, omnipresente na obra vitruviana, será sempre da maior relevância e tem, nos dias de hoje, a maior acuidade.

Uma vez perdida a tradução de Pedro Nunes, encomendada por D. João III em 1541, e existindo apenas, em língua portuguesa, uma tradução da versão francesa de Claude Perrault realizada por Helena Rua, de 1998, e uma tradução brasileira de M. A. Lagonegro, de 1999, esta sem uma identificação clara das fontes, cabe saudar a edição deste *Tratado de Architectura* traduzido por Justino Maciel directamente do latim, a partir do manuscrito mais antigo que se conhece, o *Harleianus 2767* (H), que data do séc. IX e se encontra no *British Museum* em Londres, seguindo a opção de F. Granger na sua edição de referência de 1931 e 34. Para além desta fonte primordial, Maciel também recorre aos manuscritos *Vaticanus Reginensis 2079* (W), do séc. XII, e *Vaticanus Reginensis 1328* (V), do início do séc. XV, para debelar problemas de interpretação do texto e sua lógica interna, justificando-a pela sua importância na edição de C. Fensterbusch de 1964 e, posteriormente, nas da *Collection des Universités de France* (*Les Belles-Lettres*). Acresce o conjunto de preciosas anotações esclarecendo as opções de tradução seguidas ou providenciando informações complementares para melhor

compreensão do texto, bem como a interessante ideia de sub-titular os parágrafos, muito útil na rápida identificação dos temas.

Porém, esta aproximação à essência do texto vitruviano é, a meu ver, contraditória com a opção seguida de utilizar as ilustrações que Thomas Noble Howe realizou para a edição da *Cambridge University Press*, com tradução de Ingrid D. Rowland (*Vitruvius. Ten Books on Architecture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999). Deste modo, Maciel tomou por empréstimo um discurso imagético paralelo ao texto que, pela sua natureza, tem tendência a assumir protagonismo em relação ao que constitui, de facto, a maior valia do livro – a excelência da tradução, só possível para quem, como *Justino Maciel, domine simultaneamente a língua e a cultura latinas e o vocabulário arquitectónico e artístico* (Paulo Varela Gomes, “Nota de Apresentação”, p. 7). Essa exigência de rigor patente na tradução não se encontra, nem tal seria possível, no trabalho extensivo de Howe constituído por cerca de quinhentas ilustrações (cuja exígua dimensão, por vezes, também não ajuda à leitura), face às dez a que o original vitruviano faz referência, o que nos leva a recear que algumas das interpretações sugeridas em desenho vão muito além do que é possível extrair do texto do arquitecto romano.

Noto também uma omissão, que será certamente um lapso, na listagem das edições impressas no séc. XVI (“Introdução”, p. 20). Com efeito, não é mencionada a monumental edição do *De Architectura, translato, commentato et affigurato da Caesar Caesariano*, de 1521, que se segue à de Fra Giocondo, de 1511, e se afirma, justamente, pela qualidade ímpar das suas ilustrações.